



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## EDITAL DE LICITAÇÃO

**Modalidade: PREGÃO – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS – Nº. PE 065 / 2018**  
**Tipo: ELETRÔNICO**

**Processo Nº. 00.101/2018**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE (FERRAMENTAS DIVERSAS), PARA A PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB. CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.**

Razão Social:		CNPJ Nº	
Endereço:		Cidade:	
Estado:	Telefone:	Fax:	
Pessoa para contato:		E-mail:	

Recebemos através do acesso à página **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA** ou [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre A Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do Edital e remeter a À CPL pelo e-mail: [licitacao@uepb.edu.br](mailto:licitacao@uepb.edu.br) para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário.

A não remessa do recibo exime a **Universidade Estadual da Paraíba e/ou Pregoeiro** da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Campina Grande-PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

  
**ERICK AFONSO DE MOURA**

Pregoeiro



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## EDITAL DE LICITAÇÃO – PE 065 / 2018

### PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### TERMO DE REFERÊNCIA

MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065 / 2018**

TIPO: **MENOR PREÇO**

PROCESSO Nº: **00.101/2018**

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: A PARTIR DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL **ATÉ ÀS 15h DO DIA 13 / 11 / 2018.**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: **13 / 11 / 2018.**

HORA: **15h**

DATA DO PREGÃO: **14 / 11 / 2018.**

HORA: **9h**

LOCAL(site): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

#### **1 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**1.1-** O amparo legal encontra-se na Lei Federal Nº 10.520/2002, e nos Decretos Nºs 3.555/2000, 3.931/2001 e 5.450/2005, Decretos Estaduais Nºs 34.986/2014 e 35.520/2014, Lei Estadual Nº 9.697/2012 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, e alterações posteriores.

#### **2 - OBJETO**

**2.1-** Constitui objeto da presente licitação a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE (FERRAMENTAS DIVERSAS), PARA A PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB. CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I DESTA EDITAL.**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

**2.2- A PRESENTE LICITAÇÃO DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA OS ITENS DO ANEXO I DESSE EDITAL, QUE CUJO O VALOR, SEJA IGUAL OU INFERIOR A R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) CONFORME O QUE DETERMINA O INCISO I, DO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2014.**

### **3 - JUSTIFICATIVA**

**3.1-** O objeto desta licitação tem por princípio, adquirir diversas ferramentas e materiais específicos para dar suporte às atividades dos setores de construção e manutenção da PROINFRA, uma vez que alguns itens precisam ser adquiridos e repostos pela instituição.

### **4 - REQUISITOS DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO**

**4.1-** A licitante deverá cotar preços unitários e totais por item, em moeda nacional, algarismo e por extenso, devendo tais como: impostos, taxas, fretes e outros encargos já estarem incluídos nos preços cotados.

**4.2-** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura do Pregão;

**4.3-** Declaração expressa de que no preço cotado, estão inclusos todas as despesas de qualquer natureza, incidentes sobre os serviços ofertados;

**4.4-** Declaração expressa, sob as penalidades cabíveis, afirmando a inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação neste certame, garantindo ainda estar ciente da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores, conforme modelo de declaração constante no Edital;

**4.5-** Declaração expressa de que cumpre plenamente as disposições normativas, relativas ao trabalho de menor, contida na Lei nº 9.854, de 27.10.99 e na Constituição Federal de 1988;

**4.6-** Declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Edital e seus anexos.

### **5 - JUGAMENTO E PAGAMENTO**

**5.1-** No julgamento das propostas será considerada vencedora a empresa que atender as exigências do Edital e apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**5.2-** O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado da Administração Financeira – SIAFI/PB, a crédito do beneficiário, no prazo de 20 (vinte) dias, corridos contados da data da realização dos serviços pela contratante, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

**5.3** - Caso o pagamento seja efetuado em data além do prazo estipulado, a **CONTRATANTE** se obriga a pagar uma multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, sobre o valor vencido, a título de compensação financeira, desde que não haja fatos impeditivos provocados pela **CONTRATADA**.

## **6 - DO CONTRATO**

**6.1-** Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**6.2-** Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, poderá ser firmado Termo de Contrato, cujo o prazo de vigência será definido quando de sua emissão e não ultrapassará a vigência do respectivo crédito orçamentário.

**6.3-** Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

**6.4-** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**6.5-** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

**6.6-** O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela administração.

## **7 - DO PRAZO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1-** O registro de preços efetuado com base nesta licitação terá prazo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do estado da Paraíba.

## **8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1-** As despesas decorrentes desta licitação ocorrerão por conta da dotação Orçamentária seguinte:

Classificação Programática: **22.204.12.122.5006.1364**

Elemento da Despesa: **3.3.90.30 e 4.4.90.52**

Fonte de Recurso: **112**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## 9 - DO PRAZO DE ENTREGA

9.1- O prazo de entrega das mercadorias será de 20 (vinte) dias a contar da data da Nota de Empenho.

  
Prof. ANTONIO GUEDES RANGEL JUNIOR  
Reitor



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## 1. PREÂMBULO

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB**, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na sala de licitação, localizada na Rua das Baraúnas, nº 351, 3º. Andar, salas 313 / 314, Campus Universitário, Bairro Universitário, Campina Grande - PB, torna público que fará realizar através de seu Pregoeiro, **ERICK AFONSO DE MOURA**, devidamente nomeado pela **PORTARIA UEPB/GR/026/2018, de 20 de fevereiro de 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA EM 21/02/2018**, a licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO**. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, publicado no D.O. de 01 de junho de 2005, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico, a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e os Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O.U. de 09 de agosto de 2000 e suas alterações, 4.342, de 23 de agosto de 2002, publicado no D.O.U. de 26 de agosto de 2002, 3.931, de 19 de setembro de 2001, publicado no DOU de 20 de setembro de 2001, Decretos Estaduais Nºs 34.986/2014 e 35.520/2014, Lei Estadual Nº 9.697/2012 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, e alterações posteriores, e suas alterações e demais diplomas legais vigentes, e pelas condições estabelecidas pelo presente edital e seus anexos.

## 2. OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE (FERRAMENTAS DIVERSAS), PARA A PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB. CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.**

2.2- **A PRESENTE LICITAÇÃO DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA OS ITENS DO ANEXO I DESSE EDITAL, QUE CUJO O VALOR, SEJA IGUAL OU INFERIOR A R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) CONFORME O QUE DETERMINA O INCISO I, DO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2014.**

## 3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1 O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela Internet, no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

3.2 O referido sistema eletrônico utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

## 4. DOS ANEXOS

São anexos deste Edital e dele fazendo parte integrantes:



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Anexo I – Especificação, Quantidade e Condições Comerciais

Anexo II – Minuta de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação

Anexo III – Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos

Anexo IV – Modelo de Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal

Anexo V – Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VI – Minuta da Ata de Registro de Preço

Anexo VII – Minuta de Contrato

Anexo VIII – Minuta de Declaração Negativa de Relação Familiar ou de Parentesco

## 5. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

5.1 O processamento e o julgamento deste Pregão Eletrônico serão conduzidos pelo Pregoeiro **ERICK AFONSO DE MOURA**, devidamente nomeado pela **PORTARIA UEPB/GR/026/2018, de 20 de fevereiro de 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA EM 21/02/2018**, que conduzirá os trabalhos em sessão pública, no local, na data e nos horários abaixo indicados:

5.1.1 Local (Site): [http:// www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

5.1.2 Data: **14 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 9h.**

5.1.2.1 ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: A PARTIR DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL ATÉ ÀS **15h DO DIA 13/11/2018.**

5.1.2.2 ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: A PARTIR DAS **15h DO DIA 13/11/2018.**

5.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço anteriormente estabelecido

5.3 Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília – DF.

## 6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste edital e seus anexos.

6.2 É vedada a participação de empresas: concordatárias; que estiverem cumprindo penalidades impostas pela Administração Pública; que estiverem sob processo falimentar; as reunidas em consórcio; e demais casos previstos na legislação que rege este processo. **Ou ainda, aquelas que estão inclusas no CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CAFIL, conforme determina os artigos 12 e 13 da Lei Estadual Nº 9.697/2012**

**6.3 É VEDADA A PARTICIPAÇÃO QUE TENHAM ENTRE SEUS SÓCIOS CÔNJUGE, COMPANHEIRO, OU PARENTE EM LINHA RETA OU COLATERAL, POR**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

**CONSANGUINIDADE OU POR AFINIDADE, ATÉ TERCEIRO GRAU, DOS AGENTES PÚBLICOS DEFINIDOS NO DO ART. 1º - INCISO III, DA LEI Nº 8.124 / 2006, (ALTERADA PELA LEI Nº 10.272 / 2014.**

6.4 A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital.

**6.4.1 SRS. LICITANTES, ALERTAMOS QUE AO PARTICIPAR DO CERTAME, POR PRESCRIÇÃO LEGAL E ORIENTAÇÃO SUPERIOR. A PROPOSTA COMERCIAL E OS LANCES DO ITEM ARREMATADO, VINCULAM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DESTA EDITAL. PORTANTO, OBSERVEN ATENTAMENTE AS ESPECIFICAÇÕES DE CADA ITEM.**

**6.4.2 A PRESENTE LICITAÇÃO DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA OS ITENS DO ANEXO I DESSE EDITAL, QUE CUJO O VALOR, SEJA IGUAL OU INFERIOR A R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) CONFORME O QUE DETERMINA O INCISO I, DO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2014.**

## **7. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

7.1 A documentação para habilitação deverá ser apresentada em original por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão de imprensa oficial. **Após o encerramento do certame com prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.**

### **7.2 Habilitação Jurídica:**

7.2.1 Registro comercial, no caso de empresa individual, podendo ser substituído por certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial da sede do licitante;

7.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Estes documentos poderão ser substituídos por certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial da sede da licitante;

7.2.3 Certidão da inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Este documento poderá ser substituído por certidão em breve relatório, expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

7.2.4 Apresentação de atestado de capacidade técnica, emitido por Pessoa de Direito Público ou Privado, que comprove a experiência na prestação de serviços contidos no objeto deste Edital.

**7.2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para provar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Lei Nº 12.440 de 07/07/2011).**

**7.2.6 Declaração Negativa de Relação Familiar ou de Parentesco – Anexo VIII**

### **7.3 Regularidade Fiscal**

7.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

7.3.2 Certidão negativa de débitos da Fazenda Estadual e municipal, relativa a sede da empresa licitante.





COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

7.3.3 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF);

7.3.4 Certidão Negativa de Débito (CND), referente às contribuições previdenciárias, INSS;

7.3.5 Certidão Conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

#### **7.4. Qualificação Econômico-Financeira.**

7.4.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão, no máximo, de 60 (sessenta) dias consecutivos anteriores à data de abertura da presente licitação.

7.4.2 Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo do Anexo IV.

7.4.3 Declaração que não tem contra si fatos impeditivos para sua habilitação ou que desabonem sua conduta, conforme anexo III.

7.4.4 Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, conforme Anexo V.

7.4.5 A habilitação poderá ser efetuada por meio da apresentação dos documentos mencionados nos itens anteriores, admitindo-se a comprovação do cadastro no SICAF, em substituição aos documentos que comprovem a regularidade fiscal de que trata o item 7.3.

7.4.6 Os licitantes interessados em efetuar o cadastro no SICAF poderão adotar esta providência conforme previsto no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

#### **7.5 Disposição Gerais**

7.5.1 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

### **8. CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO**

8.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas nas Agências do Banco do Brasil, sediadas no país.

8.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no (site): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

8.2.1. No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade do signatário nomear procurador, mediante apresentação de cópia autenticada do Estatuto ou contrato social em vigor, e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Universidade Estadual da Paraíba, devidamente justificada.

8.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Universidade Estadual da Paraíba a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6. O credenciamento do Proponente e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## 9. DO ENVIO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

9.1 As propostas comerciais serão remetidas, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, devendo obedecer as datas e os horários estabelecidos no termo de referência deste Edital, acompanhada das seguintes informações, a serem inseridas no campo INFORMAÇÕES ADICIONAIS do Sistema do Banco do Brasil.

9.1.1 Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso. A ausência desta declaração implicará pena de preclusão do direito de preferência de contratação.

9.2 A licitante deverá responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema do Banco do Brasil responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III do Decreto 5.450/2005).

9.3 Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV do Decreto 5.450/2005).

Problemas com conexão e / ou dúvidas sobre o site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) ou pelo telefone **08007290500**

## 10. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

A partir das **09 horas do dia 14/11/2018**, terá início a sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 065 / 2018**, com a divulgação dos valores das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances, não havendo neste momento a identificação dos participantes, o que só ocorrerá após o encerramento desta etapa, conforme as regras estabelecidas neste edital e de acordo com as normas vigentes.



## 11. FORMULAÇÃO DOS LANCES

11.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, cuja importância deve corresponder ao valor total a ser ofertado, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, conforme previsto no item 10, e as regras de aceitação dos mesmos.

11.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (art. 24, § 3º do Decreto 5.450/2005).

11.4 Caso a licitante não realize lances, permanecerá o valor da última proposta eletrônica para efeito da classificação final.

11.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.6 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, conhecer o valor e horário do menor lance registrado, não sendo identificada a licitante detentora do lance.

11.7 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.8 Quando a desconexão com o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

11.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo até 30 minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (art. 24, § 7º do Decreto 5.450/2005).

## 12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

12.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

12.2 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtida melhor proposta, ou decidir sobre sua aceitabilidade.

12.3 Caso as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta detentora do melhor lance ou valor negociado, será assegurada preferência de contratação; (art. 44, parágrafo 2º da Lei Complementar 123/2006)

12.3.1 Esgotada a possibilidade da apresentação de lance mais vantajoso e constatado o empate ficto de preços da proposta vencedora com a microempresa ou empresas de pequeno porte, o Pregoeiro enviará aviso às licitantes, por meio do chat de mensagens, para proceder ao desempate observando os seguintes procedimentos:



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance ou valor negociado, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo § 2º, art. 44 da Lei Complementar 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no parágrafo § 2º, art. 44 da Lei Complementar 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- d) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;
- e) na hipótese de envio de nova proposta sem convocação da licitante pelo Pregoeiro, esta não será acolhida, ficando a autora sujeita às penalidades previstas no Edital;
- f) na hipótese da não-contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme previstos no item 12.3.1, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atendas as exigências de habilitação;
- g) o disposto no art. 45 da Lei complementar 123 / 2006 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.4 Para as empresas com sede fora do Estado da Paraíba, em obediência ao que preceitua a Decreto Estadual nº 20.210/98, o qual observa o princípio constitucional da isonomia, aludido no caput do artigo 3º da Lei 8.666/93, será acrescidos em suas **propostas de preços inicial, no Sistema do Banco do Brasil**, a diferença da alíquota do ICMS. Neste caso, **o LICITANTE deverá informar, em sua proposta, a alíquota do ICMS em vigor no seu Estado.**

12.4.1 – Será concedida isenção de ICMS nas operações ou prestações internas destinadas a órgão do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias e situações e condições que se enquadrarem nas disposições do Decreto Estadual Nº 37.237, de 14 de fevereiro de 2017.

12.5 Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas comerciais.

12.6 Caso não haja lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

12.7 Havendo apenas uma oferta, essa poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação.

12.8 Se as propostas ou os lances de menor valor por item não forem aceitáveis, ou se a(s) licitante(s) desatender (em) às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.



### 13. HABILITAÇÃO

13.1 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a(s) licitante(s) vencedora(s) do certame deverá(ão) comprovar a situação de habilitação, na forma do item 7 deste edital, podendo a comprovação ser feita, mediante verificação "on line" no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, sendo que nas situações em que não houver meio de comprovação de habilitação dos licitantes no cadastro do SICAF, deverão ser apresentadas, após o término da etapa de lances, cópia da documentação prevista no item 7 por, e-mail: licitacao@uepb.edu.br com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada por SEDEX ao Pregoeiro, na Rua das Baraúnas, 351, Salas 313/314, Universitário, Campina Grande / PB, CEP 58.429-500.

### 14. ADJUDICAÇÃO

14.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a(s) licitantes(s) será (ão) declarada (s) vencedora (s) e a ela (s) adjudicado o objeto da licitação. Em seguida, os autos serão encaminhados à autoridade competente para homologação da licitação, caso não haja interposição de recurso.

14.2 Após o pregoeiro declarar a(s) licitante(s) vencedora(s), os documentos serão colocados à disposição para exame dos participantes que assim o desejarem.

### 15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Poderão ser registrados ao preço do primeiro colocado, tantos fornecedores quantos sejam necessários, obedecida a ordem de classificação.

15.2 A Ata de Registro de Preços não obriga a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA** a firmar contratação na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

15.3 O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Estado da Paraíba e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

15.4 A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA** monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o preço praticado no mercado, constantemente, e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

15.5 Se a proposta ultrapassar o preço de mercado, a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA** convocará o fornecedor para ajustar o preço registrado.

15.6 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado com apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, listas de preços de fabricante, etc.) que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

15.7 Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

15.8 Será considerado preço de mercado o que for igual ou inferior à média daqueles apurados pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA para o objeto.

15.9 As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS são limitadas na totalidade, **a quántuplo do quantitativo da cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** para o órgão participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

## 16. DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 O registro de preços efetuado com base nesta licitação terá prazo de validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação no Diário Oficial do Estado.

## 17. DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 O registro de preços poderá ser cancelado ou suspenso nos seguintes casos:

a) pela Administração, por meio de edital, quando for por ela julgado que o fornecedor esteja definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências desta concorrência, ou pela não observância das normas legais ou ainda no interesse do Estado, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data da decisão;

b) pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências desta concorrência. Neste caso, a solicitação deverá ser formulada com antecedência mínima de 30.(trinta) dias em relação à data pretendida para o cancelamento ou a suspensão temporária, estando sujeito a julgamento por Comissão Julgadora designada para tanto.

## 18. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI / PB, a crédito do beneficiário, no prazo de 20 (vinte) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados.

§ 1º Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer bem, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela CONTRATADA.

§ 2º Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

§ 3º - Caso o pagamento seja efetuado em data além do prazo estipulado, a **CONTRATANTE** se obriga a pagar uma multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, sobre o valor vencido, a título de compensação financeira, desde que não haja fatos impeditivos provocados pela **CONTRATADA**.

§ 4º - Classificação Programática: **22.204.12.122.5006.1364** Elemento da Despesa: **3.3.90.30 e 4.4.90.52** Fonte de Recurso: **112**

§ 5º - **No processo de pagamento será retido, pelo Órgão Estadual competente, o valor correspondente ao produto de 1,6% (um vírgula seis por cento) sobre o total do pagamento, para as empresas de médio porte ou superior, e de 1,0% (um por cento) para as empresas**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

**de pequeno porte, a ser realizada no ato de consolidação dos respectivos pagamentos, que deverá repassar, em até 5 (cinco) dias para a conta corrente do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo – FUNDO EMPREENDER PB, conforme determina, o art. 7º, inciso II, da Lei Estadual Nº 10.128 de 23 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba do dia 24 de outubro de 2013.**

## **19. RECURSOS**

19.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de apresentar recurso;

19.2 Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia da licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões pelas demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, sendo concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso e os mesmos três dias para a apresentação das contra razões pelas demais licitantes, se for de seu interesse (art. 26, caput do Decreto 5.450/2005).

19.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

19.4 No caso de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá:

19.4.1 Rever sua decisão fundamentadamente;

19.4.2 Prestar informações e submeter o assunto à decisão da autoridade superior, que poderá dar ou negar provimento ao recurso.

19.4.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação, quando for o caso, apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.5 A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes durante a realização da sessão importará na decadência do direito de interpor recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro à vencedora.

19.6 Decididos os recursos, a própria autoridade julgadora fará a adjudicação do objeto à licitante vencedora e a homologação da licitação.

## **20. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

20.1 Homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora terá prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação da UEPB, para apresentar os documentos, se já estiverem vencidos os prazos de validade dos documentos apresentados para habilitação, conforme item 7 deste edital;

20.2 Após a aprovação dos documentos de que tratam o item anterior, a(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação da UEPB, para receber e assinar o contrato integrante deste Edital, conforme Anexo VII.

20.3 No caso de a(s) licitante(s) vencedora(s), convocada(s) dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar(em)-se a assinar o contrato, sem prejuízo das sanções previstas no item 23, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das demais licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital e seja declarada vencedora.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## 21. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS LICITANTES

A licitante é responsável:

21.1 Pelo credenciamento junto ao órgão provedor do sistema por intermédio do site <http://www.licitacoes-e.com.br>.

21.2 Pelo acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

21.3 Pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

21.4 Pela manutenção do compromisso de executar o objeto deste Edital, nas condições estabelecidas, dentro do prazo de validade da proposta, caso vencedora da licitação;

21.5 Pelo cumprimento dos prazos e demais exigências deste Edital;

21.6 Pela leitura de todas as condições da contratação constantes da minuta do contrato a ser assinada, de que trata o Anexo VII, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento;

21.7 Pela não utilização ou divulgação de quaisquer informações sigilosas às quais tenha acesso em virtude deste Pregão.

## 22. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA UEPB

Em decorrência deste Edital, a UEPB se compromete a:

22.1 cumprir todas as normas e condições do presente Edital;

22.2 fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado.

## 23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o **ESTADO DA PARAÍBA**, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa. (Art. 28 do Decreto 5.450/2005);

23.2 As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. (Parágrafo Único do Art. 28 do Decreto 5.450/2005);

23.3 A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

23.3.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, a **UNIVERSIDADE**





COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

**ESTADUAL DA PARAIBA**, poderá aplicar as penalidades de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

23.3.2 A multa será aplicada na época da infringência, nos seguintes percentuais:

I - De 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor dos materiais não entregues por dia de atraso, observado o prazo de 10 (dez) dias corridos, não contrariando o que preconiza o § 4º Inciso II Art. 40, da Lei 8.666/93, após a solicitação do objeto à Contratada. A referida multa não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993;

II - De 10% (dez) por cento do valor contratado, no caso de recusa injustificada para a assinatura do contrato;

III - De 10% (dez) por cento do valor contratado, no caso de inexecução total do contrato, independentemente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei;

IV - De 10% (dez) por cento do valor contratado, no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato.

23.3.3 A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da Contratada. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a Contratada será convocada para complementação do valor homologado.

23.3.4 As multas, quando não descontadas nos termos do subitem anterior, deverão ser colocadas à disposição no Setor Financeiro da Contratante, no prazo de 48h (quarenta e oito) horas, contado da data da ciência expressa por parte da contratada.

23.3.5 Decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, a Contratante fará a devida cobrança judicial, ficando a inadimplente impedida de licitar ou contratar com a Administração, enquanto não quitar as multas devidas.

23.3.6 O faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA** enquanto não quitar as multas devidas;

23.3.7 As multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

**23.3.8 O fornecedor que incorrer nas hipóteses previstas no art. 2º da Lei Estadual Nº 9.697/2012 será incluído no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com a Administração Pública Estadual – CAFIL, nos termos desta Lei.**

## **24. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e providências, ou impugnar o Edital, observando-se em relação a essas solicitações e impugnação que:

24.1 as impugnações deverão ser dirigidas ao Pregoeiro até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, na forma eletrônica por intermédio do e-mail [licitacao@uepb.edu.br](mailto:licitacao@uepb.edu.br) (art. 18, caput do Decreto 5.450/2005);

24.2 os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet (art. 19 do Decreto 5.450/2005);

24.3 caberá ao Pregoeiro decidir no prazo de 24 horas;

24.4 acolhida a impugnação, será marcada nova data para realização do certame.



## **25. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO**

A UEPB poderá, por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente, mediante parecer escrito e devidamente comprovado, revogar a presente licitação ou, em caso de constatação de ilegalidade de ofício, ou por provocação de terceiros, anular o procedimento licitatório, total ou parcialmente.

## **26. DISPOSIÇÕES FINAIS**

26.1. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

26.2. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.3 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

26.4 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

26.5 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.6 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

26.7 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

26.8 A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

26.9 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

26.10 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

26.11 É vedado à contratada sub-contratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.

26.12 A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

26.13 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.14 O edital poderá ser obtido, na CPL Rua: Baraúnas, nº 351, Salas 313 / 314, no 3º andar – Bairro Universitário – Campus Universitário, ou pelo site: [www.uepb.edu.br](http://www.uepb.edu.br).

26.15 Outras informações poderão ser obtidas através dos telefones **(83) 3315-3348 / 3315-3412** ou pelo e-mail [licitação@uepb.edu.br](mailto:licitação@uepb.edu.br).

## 27. DO FORO

Fica **ELEITO O FORO DE CAMPINA GRANDE / PB** para dirimir quaisquer dúvidas na aplicação deste contrato, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado este contrato que, depois de lido e achado de acordo, será assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, dele extraídas as necessárias cópias que terão o mesmo valor original.

Campina Grande - PB, 17 de agosto de 2018.

**ERICK AFONSO DE MOURA**

Pregoeiro

**ANTÔNIO GOMES DA SILVA**  
Presidente da CPL



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, QUANTIDADE, PROPOSTAS E CONDIÇÕES COMERCIAIS DO MATERIAL.

(papel timbrado da empresa)

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>						
<b>CNPJ:</b>						
<b>ENDEREÇO:</b>						
<b>NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:</b>						
<b>ESTADO CIVIL:</b>					<b>NACIONALIDADE:</b>	
<b>RG:</b>					<b>CPF:</b>	
ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÃO	MARCA MODELO	QDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
01	KIT	JOGO DE CHAVES EM "L" PERFIL TORX (HEXALUBOLAR) (TODAS DA MESMA MARCA)  EM AÇO CROMO-VANADIUM, PONTA FOSFATADA NOS TAMANHOS: T6,T7,T8,T9,T10, T15, T20, T25, T27,T30, T40, T45, T50,T55,T60 DEVER TER 12 MESES DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICA		30		
02	KIT	JOGO DE CHAVES HEXAGONAIS (ALLEN)(TODAS DA MESMA MARCA)  EM AÇO CROMO-VANADIUM, FOSFATIZADA, PERFIL EM L, LONGA, ABAULADA EM UMA DAS PONTAS TAMANHO (MM): 1,27; 1,5; 2; 2,5; 3; 3,5; 4; 4,5; 5; 5,5; 6; 7; 8; 9 E 10. DEVER TER 12 MESES DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICA		30		
03	KIT	JOGO DE SERRAS COPO COM 13 PEÇAS  FORJADO EM AÇO BI METÁLICAPROFUNDIDADE DE CORTE: 38MM IDEAL PARA CORTAR MADEIRA, AÇO E METAIS EM GERAL DENTES M3 HSS ACOMPANHA ESTOJO PLÁSTICO COMPOSTO POR 13 PEÇAS, SENDO: - 09 SERRAS COPOS: :: 3/4" (19MM) :: 7/8" (22MM) :: 1-1/8" (29MM) :: 1-3/8" (35MM) :: 1-1/2" (38MM) :: 1-		10		



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

		3/4" (44MM) :: 2" (51MM) :: 2-1/4" (57MM) :: 2-1/2" (64MM) 02 SUPORTES COM BROCA PILOTO PARA SERRA COPO 01 ADAPTADOR MANDRIL 01 BROCA PILOTO 104MM			
04	KIT	JOGO DE SOQUETE 1/2"  ESTRIADOS ENCAIXE 1/2 10 MM A 32 MM INDICADO PARA APERTAR E SOLTAR PORCAS E PARAFUSOS SEXTAVADOS,...ACABAMENTO CROMADO E NIQUELADO, DETALHES TÉCNICOS: MATERIAL O JOGO DE SOQUETE: AÇO CROMO VANÁDIO. NÚMERO DE PEÇAS DO JOGO DE OQUETE: 26 PEÇAS. CONTEÚDO DA EMBALAGEM CAIXA METÁLICA COM 26 PEÇAS, SENDO: 20 SOQUETES ESTRIADOS (10 MM, 11 MM, 12 MM, 13 MM, 14 MM, 15 MM, 16 MM, 17 MM, 18 MM, 19 MM, 20 MM, 21 MM, 22 MM, 23 MM, 24 MM, 26 MM, 27 MM, 28 MM, 30 MM E 32 MM), 1 CATRACA, 1 EXTENSÃO 5" 1 EXTENSÃO 10" 1 JUNTA UNIVERSAL E 1 CABO T 12"		20	
05	KIT	JOGO DE SOQUETES SEXTAVADOS 3/8" COM 23 PEÇAS  EM AÇO CROMO-VANÁDIO ARMAZENADO EM ESTOJO PLÁSTICO		20	
06	KIT	JOGO DE TARRAXA COM PORTA TARRAXA  JOGO DE TARRAXA CONTENDO MEDIDAS :1/2" ,3/4" ,1" , 1.1/2" , 2 " . COM CABO BIPARTIDO ROSCADO E CATRACA REVERSIVEL, CABO COM EMPUNHADURA EMBORRACHADA E PROLONGADOR DO CABO, PORTA-TARRAXAS COM BASE EM FERRO FUNDIDO, COSSINETES INTERCAMBIÁVEIS EM AÇO TEMPERADO, INDICADO PARA TUBO METALICOS, ROSCA BSP, PEÇAS COMPATIVEIS ENTRE SI		05	
07	UNID	LÂMINA DE SERRA 12"		1000	



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

		<p>COM 18 DENTES POR POLEGADA BI-METAL SEMI-RÍGIDA INQUEBRÁVEL DURANTE O USO E A PROVA DE ESTILHAÇAMENTOS, COM QUATRO ARESTAS DE CORTE.          APROPRIADA PARA UTILIZAÇÃO EM BANCADA OU FORA DELA,          INDICADA PARA MECÂNICOS, FERRAMENTEIROS, ENCANADORES E ELETRICISTAS, EM QUALQUER CONDIÇÃO DE TRABALHO.          FEITO COM DUAS LAMINAS DE AÇO RÁPIDO UNIDO LATERALMENTE NA LAMINA DE AÇO LIGA POR ATRAÇÃO ATÔMICA</p>			
08	ROLO	<p>LÂMINA DE SERRA FITA 1/2"</p> <p>EM AÇO CARBONO PARA USAR EM MÁQUINA DE SERRA FITA, PARA USO EM MADEIRA          24 DENTES POR POLEGADA          ROLO COM 30 METROS</p>		03	
09	UNID	<p>LAVADORA ALTA PRESSÃO</p> <p>LAVADORA DE ALTA PRESSÃO COM RODAS, COM BICO TURBO, IDEAL PARA A REMOÇÃO DE SUJEIRA ENCRUSTADA</p> <p>ACESSÓRIOS: ENGATE RÁPIDO, MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO, PISTOLA, RECIPIENTE PARA DETERGENTE, LANÇA COM BICO REGULÁVEL, COM AJUSTE DO JATO PARA LEQUE OU CONCENTRADO, AGULHA PARA LIMPEZA DE BICO E LANÇA BICO TURBO, COM SUPORTES LATERAIS E NA PARTE TRASEIRA PARA ACOPLAR A PISTOLA E OS CABOS,          CONSOME 5,5 L/MIN DE ÁGUA,          COM CABO ELÉTRICO DE 5 METROS E MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO DE 3 METROS, A MANGUEIRA REVESTIDA COM TRAMA DE NYLON,          MÁQUINA COM PROTETOR TÉRMICO -1600 LIBRAS 1400W - 220</p>		01	
10	UNID	<p>LIMA CHATA 12"</p> <p>BASTARDA CORTE DUPLO FEITA EM AÇO ESPECIAL DE ALTO CARBONO,          FEITO POR PROCESSO DE FORJAMENTO,TEMPERA EM ÓLEO, RECOZIMENTO E AFIADA POR MEIO DE JATO DE AREIA,          INDICADA PARA SERVIÇOS GERAIS AÇOS,FERRO</p>		30	



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

		FUNDIDOS,ALUMÍNIO, ETC. INDICADA TANTO PARA MATERIAIS MALEÁVEIS QUANTO PARA OS MAIS RESISTENTES, DEVENDO EVITAR EMPASTAMENTO DE MATÉRIAS MALEÁVEIS, COM CABO EM PLASTICO OU POLIPROPILENO				
11	UNID	LIMA GROSA 12" COM CABO DE MADEIRA OU POLIPROPILENO, INDICADA PARA USO EM MADEIRA		30		
12	UNID	LIMA REDONDA DE 10" COM CABO DE MADEIRA OU POLIPROPILENO		20		
13	UNID	LIMA REDONDA DE 08" COM CABO DE MADEIRA OU POLIPROPILENO		20		
14	UNID	LIMA TRIANGULAR 8"  BASTARDA CORTE DUPLO FEITA EM AÇO ESPECIAL DE ALTO CARBONO, FEITO POR PROCESSO DE FORJAMENTO,TEMPERA EM ÓLEO ,RECOZIMENTO E AFIADA POR MEIO DE JATO DE AREIA, INDICA PARA SERVIÇOS GERAIS AÇOS,FERRO FUNDIDOS,ALUMÍNIO, ETC. INDICADA TANTO PARA MATERIAIS MALEÁVEIS QUANTO PARA OS MAIS RESISTENTES , COM CABO EM PLASTICO OU POLIPROPILENO		30		
15	ROLO	LINHA PARA PEDREIRO COM 100 METROS		100		
16	UNID	LIXEIRA CONTEINER COM 120 LITROS COM RODAS E TAMPA  CONTEINER PLÁSTICO EM POLIPROPILENO OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE		08		
17	UNID	MÁQUINA DE SOLDA PARA SERRALHEIRO 250 AMPERES  TRANSFORMADORES PARA SOLDAGEM COM ELETRODOS REVESTIDOS IDEAL PARA SERRALHERIA E USO GERAL SOLDA COM DIVERSOS ELETRODOS SOLDA ATÉ 4,00 MM - INCLUSIVE E7018 RESISTENTE E DE FÁCIL MANUSEIO FORMATO VERTICAL  DIMENSÕES: ALTURA: 755 MM COMPRIMENTO: 282 MM LARGURA: 250 MM		01		



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

		FASE DE CORRENTE 50-250 A TENSÃO A VAZIO 78 VAC PESO 41,5 KG FASES 1				
18	UNID	MARRETA DE AÇO DE 1 KG		100		
19	UNID	MARRETA DE AÇO DE 2 KG		50		
20	UNID	MARRETA DE AÇO DE 5 KG		10		
21	UNID	MARRETA DE AÇO DE 10 KG		05		
22	UNID	MARTELO DE BORRACHA 450G		20		
23	UNID	MASCARA DE SOLDA AUTOMÁTICA eletrônica  PROTEÇÃO CONTRA O CALOR, FAGULHAS E RESPINGOS. PROTEGE ROSTO, PESCOÇO E ORELHAS. INDICADA PARA TODOS OS TIPOS DE TRABALHOS EM SOLDAGEM E CORTE;  APLICAÇÕES: SOLDAGEM COM ELETRODOS ; TIG ; MIG/MAG; CORTE PLASMA MANUAL ; SOLDA A PLASMA ;GOIVAGEM; OXICORTE COM QUATRO SENSORES DE ARCO FRONTAIS DE RESPOSTA RÁPIDA E PRECISA;  FILTRO DE 97X47MM FILTRO DE PROTEÇÃO DIN9-13, COM CLASSE ÓPTICA 1/2/1/2 LENTE DE PROTEÇÃO INTERNA PRECISAM SER CERTIFICADAS PARA USO ATRAVÉS DE CODIGO CA(CERTIFICADO DE APROVAÇÃO) FORNECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO O NÍVEL DE ESCURECIMENTO PODE SER AJUSTADO EXTERNAMENTE, CAPAZ DE DETECTAR OS RAIOS DE LUZ MENOS INTENSOS, PERMITINDO O USO EM APLICAÇÕES TIG A PARTIR DE 5A. A SENSIBILIDADE E O TEMPO DE CLAREAMENTO SÃO AJUSTÁVEIS PELO LADO DE DENTRO DA MÁSCARA; TEMPO DE CLAREAMENTO: 0,1 A 1S MUITO LEVE E RESISTENTE, BOA ERGONOMIA E O MÁXIMO DE CONFORTO MESMO APÓS LONGAS JORNADAS DE TRABALHO: COM CASCO PRODUZIDO EM NYLON CINTA ABSORVENTE DE SUOR CORES PRETA E/OU AMARELA; CARNEIRA CONFORTÁVEL, COM 4 PONTOS DE AJUSTE, INCLUSIVE NA DISTÂNCIA FACE/CASCO;		01		





COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

		A LENTE EXTERNA DEVE PROTEGER O FILTRO E PODE SER SUBSTITUÍDA PERIODICAMENTE. LENTES FEITAS DE ACRÍLICO MAIS ESISTENTE QUE O PLÁSTICO E MAIS DURÁVEL QUE O VIDRO, QUE REFLITA OS RESPINGOS) PINTURA EXTERNA BRILHANTE PARA REFLETIR NO MÍNIMO 18% DA RADIAÇÃO E DO CALOR GERADO PELA SOLDAGEM CARREGADA POR CÉLULAS SOLARES. DISPENSA O USO DE BATERIAS; ÁREA DE VISUALIZAÇÃO 97 X 47 MM PESO APROXIMADO 510 G GARANTIA DE 2 ANOS.				
24	UNID	MEDIDOR LASER DE DISTÂNCIA (TRENA A LASER) ATÉ 50 METROS		05		
25	UNID	MESA COMPACTADORA (VIBRADORA) PARA CONCRETO TRIFÁSICA TAMANHO DA MESA 50 X 100 CM"		01		
26	UNID	NÍVEL PARA PEDREIRO DE ALUMINIO DE 30CM		100		
27	UNID	PÁ DE BICO NÚMERO 5 COM CABO COMPRIMENTO ÚTIL: 325MM LARGURA: 305MM COMPRIMENTO TOTAL: 505MM MEDIDA DO OLHO: 34,5MM COMPRIMENTO APROXIMADO DO CABO: 700MM TIPO DE OLHO DA PÁ: REDONDO TIPO DO CABO: COM CABO TIPO Y MATERIAL DO CABO: MADEIRA		50		
28	UNID	PÁ AJUNTADEIRA QUADRADA COM CABO PERFIL DA PÁ: QUADRADA COMPRIMENTO ÚTIL: 340MM LARGURA DA PÁ: 310MM COMPRIMENTO TOTAL DA PÁ: 520MM MEDIDA DO OLHO DA PÁ: 34,5MM COMPRIMENTO APROXIMADO DO CABO: 700MM TIPO DE OLHO DA PÁ: REDONDO TIPO DO CABO DA PÁ AJUNTADEIRA: COM CABO TIPO Y MATERIAL DO CABO: MADEIRA		50		
29	UNID	PÉ DE CABRA DE 1" CORPO EM AÇO CARBONO. ACABAMENTO COM PINTURA NA COR PRETA. TÊMPERA POR INDUÇÃO NAS EXTREMIDADES. TAMANHO: 24" - (600 MM)		05		
30	UNID	PICARETA EM AÇO CARBONO, TEMPERADO, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM CABO DE MADEIRA DE 90CM		50		
31	UNID	PISTOLA DE ALTA PRESSÃO PARA PINTURA		10		



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

		CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRESSÃO DE TRABALHO: 3,0 - 4,0 BAR (44-58PSI) ENTRADA DE AR: 1/4" NPS ALIMENTAÇÃO: POR SUÇÃO DIÂMETRO DO BICO: 1,8MM CAPACIDADE DO COPO: 1000 CC CONSUMO DE AR: 130-201L/MIN (4,6 - 7,1 CFM)				
32	UNID	PNEU PARA CARRINHO DE MÃO, CARRINHO PARA OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL		100		
33	UNID	PONTEIRO DE AÇO DE 1/2" POR 12" DE COMPRIMENTO EM AÇO CARBONO COM TEMPERA		50		
34	UNID	PORTA ELETRODO 400A PARA SERVIÇO DE SOLDAGEM		20		
35	UNID	PRUMO DE CENTRO EM AÇO DE 500G		05		
36	UNID	PRUMO DE PARECE EM AÇO DE 500 G		20		
37	UNID	ANCINHO CURVO LEVE TEMPERADO EM TODO O CORPO DA PEÇA, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, 2 MM DE ESPESSURA - CONTÉM 14 DENTES - OLHO DE 29 MM DE DIÂMETRO - CABO DE MADEIRA DE 150 CM		50		
38	UNID	RÉGUA PARA PEDREIRO EM ALUMÍNIO COM 3M		50		
39	UNID	ROÇADEIRAS PARA O USO PROFISSIONAL  EMBREGEM REFORÇADA GUIDÃO AJUSTÁVEL PROTETOR DO ACESSÓRIO DE CORTE PODE SER USADO TANTO COM LÂMINAS COMO COM CABEÇOTES COM FIO DE NÁILON. PINO IMANTADO PARA FACILITAR TROCA DO EQUIPAMENTO DE CORTE. TANQUE DE COMBUSTÍVEL TRANSPARENTE SISTEMA DUPLO DE CORTE DO FIO DE NYLON COM CINTURÃO ERGONÔMICO COM CARRETEL DE NYLON E LAMINA DE CORTE ESPECIFICAÇÃO CILINDRADA 45,7 CM <sup>3</sup> TIPO DE LUBRIFICAÇÃO :ÓLEO 2 TEMPO (20 ML POR LITRO DE GASOLINA) POTENCIA 2,1 KW/2,8HP VELOCIDADE MÁXIMA 9000 RPM TAMANHO DO TANQUE 0,9 L CONSUMO 450G/KWH VELOCIDADE MACHA LENTA 2700 ENGRENAGENS CÔNICAS RELAÇÃO DE TRANMISSÃO 1:1,4 ÂNGULO DA ENGRENAGEM DE DIREÇÃO 35 °		03		



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

		PESO(SEM EQUIPAMENTO DE CORTE) 8,5 KG			
40	UNID	<p>ROMPEDOR DE 30KG</p> <p>DE RÁPIDO ACESSO ÀS ESCOVAS DE CARVÃO  PUNHOS EMBORRACHADOS  MOTOR MINIMA 2.100 W  RAMPA REFORÇADA  PORTA-PONTEIRAS  ENCAIXE SEXTAVADO 1.1/8" (28 MM)  COM DEZ PONTEIRAS PARA USO EM CONCRETO  PERMITE USO DE PONTEIRAS COM OU SEM ANEL  SISTEMA ATIVO DE CONTROLE DE VIBRAÇÃO</p> <p>DADOS TÉCNICOS:  - POTÊNCIA: 2100W  TAXA DE REMOÇÃO DE MATERIAL 3,2 TON/H  100% ROLAMENTADA PARA ROMPER  ESTRUTURAS DE CONCRETO E DEMOLIÇÃO DE  AREAS DE CONCRETO INDICADA PARA  CONSTRUÇÃO CIVIL  - JOULE: 69  - IMPACTOS POR MINUTO: 900  - PORTA ACESSÓRIO: 1.1/8"  - SISTEMA ANTI-VIBRAÇÃO: SIM  - PESO (KG): 31"</p>		01	
41	UNID	<p>SERRA COPO DIAMANTADO 100MM</p> <p>SERRAS DE ALTO DESEMPENHO PARA  MATERIAIS NÃO METÁLICOS. CORPO DE AÇO  RESISTENTE COM A ARESTA DE CORTE  REVESTIDA COM DIAMANTE SINTÉTICO. IDEAL  PARA CORTAR PORCELANA, VIDRO, CERÂMICA,  TIJOLO, PEDRA E CONCRETO. COM SUPORTE,  PRONTO PRA USO</p>		10	
42	UNID	<p>SERRA COPO DIAMANTADO 75 MM</p> <p>SERRAS DE ALTO DESEMPENHO PARA  MATERIAIS NÃO METÁLICOS. CORPO DE AÇO  RESISTENTE COM A ARESTA DE CORTE  REVESTIDA COM DIAMANTE SINTÉTICO. IDEAL  PARA CORTAR PORCELANA, VIDRO, CERÂMICA,  TIJOLO, PEDRA E CONCRETO. COM SUPORTE,  PRONTO PRA USO</p>		20	
43	UNID	<p>SERRA COPO DIAMANTADO DE 20 MM</p> <p>SERRAS DE ALTO DESEMPENHO PARA  MATERIAIS NÃO METÁLICOS.  CORPO DE AÇO RESISTENTE COM A ARESTA DE</p>		30	



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

		CORTE REVESTIDA COM DIAMANTE SINTÉTICO. IDEAL PARA CORTAR PORCELANA, VIDRO, CERÂMICA, TIJOLO, PEDRA E CONCRETO. COM SUPORTE, PRONTO PRA USO				
44	UNID	SERRA COPO DIAMANTADO DE 25 MM  SERRAS DE ALTO DESEMPENHO PARA MATERIAIS NÃO METÁLICOS. CORPO DE AÇO RESISTENTE COM A ARESTA DE CORTE REVESTIDA COM DIAMANTE SINTÉTICO. IDEAL PARA CORTAR PORCELANA, VIDRO, CERÂMICA, TIJOLO, PEDRA E CONCRETO. COM SUPORTE, PRONTO PRA USO		30		
45	UNID	SERRA COPO DIAMANTADO DE 32 MM  SERRAS DE ALTO DESEMPENHO PARA MATERIAIS NÃO METÁLICOS. CORPO DE AÇO RESISTENTE COM A ARESTA DE CORTE REVESTIDA COM DIAMANTE SINTÉTICO. IDEAL PARA CORTAR PORCELANA, VIDRO, CERÂMICA, TIJOLO, PEDRA E CONCRETO. COM SUPORTE, PRONTO PRA USO		30		
46	UNID	SERRA COPO DIAMANTADO DE 50 MM  SERRAS DE ALTO DESEMPENHO PARA MATERIAIS NÃO METÁLICOS. CORPO DE AÇO RESISTENTE COM A ARESTA DE CORTE REVESTIDA COM DIAMANTE SINTÉTICO. IDEAL PARA CORTAR PORCELANA, VIDRO, CERÂMICA, TIJOLO, PEDRA E CONCRETO. COM SUPORTE, PRONTO PRA USO		30		
47	UNID	SERRA COPO DIAMANTADO DE 60 MM  SERRAS DE ALTO DESEMPENHO PARA MATERIAIS NÃO METÁLICOS. CORPO DE AÇO RESISTENTE COM A ARESTA DE CORTE REVESTIDA COM DIAMANTE SINTÉTICO. IDEAL PARA CORTAR PORCELANA, VIDRO, CERÂMICA, TIJOLO, PEDRA E CONCRETO. COM SUPORTE, PRONTO PRA USO		30		
48	UNID	SERROTE DE 22"		20		
49	UNID	SERROTE PROFISSIONAL 26"		20		
50	UNID	SERROTE DE COSTA 12" CORTE NOS DOIS SENTIDOS LÂMINA DE AÇO SAE 1070 TEMPERADO. COMPRIMENTO DE CORTE DO SERROTE:12" - 305 MM COMPRIMENTO TOTAL DO SERROTE:390,0 MM LARGURA DA LÂMINA DO SERROTE:100,0 MM ESPESSURA DA LÂMINA DO SERROTE:0,6 MM DENTES 13 DPI.TPI		10		
51	UNID	TALHADEIRA DE AÇO 1" X 12" (COM EMPUNHADURA)		50		
52	UNID	TALHADEIRA DE AÇO 1/2 X 12" (SEM EMPUNHADURA)		100		
53	UNID	JOGO DE TARRAXA PARA CANOS DE PVC		05		



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

		Medidas: 1/2", 3/4" e 1"			
54	UNID	TESOURA DE FUNILEIRO PARA CORTAR ZINCO FABRICADO EM AÇO CROMO VANÁDIO. CORTE ENDURECIDO POR INDUÇÃO. PROJETADO PARA CORTE DE CHAPA DE ZINCO E AÇO INOXIDÁVEL . TAMANHO 10" COR VERMELHO		05	
55	UNID	TORQUÊS DE 10"		15	
56	UNID	TORQUÊS DE 12"		15	
57	UNID	TORQUÊS DE 8"		15	
58	UNID	TRENA DE 10 M		10	
59	UNID	TRENA DE 05 M		150	
60	UNID	VIBRADOR DE CONCRETO PORTÁTIL ACOMPANHA 03 MANGOTES: UM DE 45MM X 3,5M / UM DE 35MM X 3,5M / UM DE 35MM X 1,5M ESCOVAS DE CARVÃO COM O VIDA ÚTIL PROLONGADA CAPACIDADE DE VIBRAÇÕES: 2.000 VIBRAÇÕES POR MINUTO COMPATÍVEL COM 5 TIPOS DE MANGOTE: 45MM X 4,5M / 35MM X 4,5M / FUSÍVEL DE SEGURANÇA: PROTEGE CASOS DE TRAVAMENTO DO MANGOTE. - DISPOSITIVO DE SEGURANÇA AO OPERADOR - SISTEMA DE TROCA RÁPIDA DOS MANGOTES COM CLIQUE. - SISTEMA DE ENGRENAMENTO. - CARÇAÇA VEDADA, PERFEITA PARA SUPORTAR O AMBIENTE ÚMIDO TENSÃO/VOLTAGEM 220V POTENCIA 2200 W GARANTIA: 12 MESES PESO:3,80 QUILOS (SEM OS MANGOTES)		02	
61	UNID	VOLTIMETRO PARA CERCA ELÉTRICA VOLTIMETRO DIGITAL PARA CERCA ELETRICA RESIDENCIAL ALIMENTAÇÃO BATERIA 9 V TELA COM 3 DIGITOS MEDIÇÃO ATÉ 20 000 VOLTS GARANTIA 12 MESES		05	
62	UNID	FACÃO DE 14", FEITO EM AÇO CARBONO		20	
OBS: O PREGOEIRO PODERÁ SOLICITAR AMOSTRA DO(S) OBJETO(S) LICITADO(S).					



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## 2 - CONDIÇÕES COMERCIAIS:

2.1 – Local de entrega: Almoxarifado da Universidade Estadual da Paraíba, na Rua Baraúnas, Nº 351 – Térreo, Bairro Universitário, CEP: 58.429-500, Campina Grande-PB. HORÁRIO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 07 ÀS 13H.

2.2 – Prazo de entrega: 20 dias a contar da data da solicitação.

2.3 – Prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias

2.3.1 – **A critério da equipe técnica do Pregão e quando solicitado no Anexo I (Termo de Referência)**, o licitante detentor da melhor proposta poderá ser convocado para apresentar laudo(s) técnico(s) e/ou amostra(s)/protótipo(s) em relação ao item cuja marca não seja conhecida pela área técnica da UFSC, ou que em momento pretérito apresentou problema de funcionamento ou desempenho, para a verificação da compatibilidade do item com as especificações constantes do Anexo I e consequente aceitação da proposta.

2.4 – Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/PB, a crédito do beneficiário, no prazo de 20 dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados.

2.5 – Para as empresas com sede fora do Estado da Paraíba, em obediência ao que preceitua a Decreto Estadual nº 20.210/98, o qual observa o princípio constitucional da isonomia, aludido no caput do artigo 3º da Lei 8.666/93, será acrescidos em suas **propostas de preços inicial, no Sistema do Banco do Brasil**, a diferença da alíquota do ICMS.

2.6 – **Nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos inclusive a diferença do ICMS entre os Estados, para as empresas com sede fora do Estado da Paraíba, se for o caso, os encargos sociais, despesas com frete e quaisquer outros que porventura recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.**

2.7 – Será concedida isenção de ICMS nas operações ou prestações internas destinadas a órgão do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias e situações e condições que se enquadrarem nas disposições do Decreto Estadual Nº 37.237, de 14 de fevereiro de 2017.

Local e Data,

---

Assinatura do Diretor ou Representante Legal



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## ANEXO II

### MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(papel timbrado da empresa)

DECLARO(AMOS), para os devidos fins, que tomei(amos) conhecimento de todas as informações constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 065 / 2018** – UEPB / CPL.

Declaro(amos), ainda que atendemos a todas exigências habilitatórias e que detenho(emos) capacidade técnico operacional (instalações, aparelhamento e pessoal) para fornecimento do(s) objeto(s) para o(s) qual(is) apresentamos proposta.

Local e Data,

---

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

#### IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

- Nome ou razão social
- CPF/CNPJ
- Endereço, telefone e e-mail
- Nome e identificação do representante legal.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## ANEXO III

### DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

#### DECLARAÇÃO

(papel timbrado da empresa)

....., inscrito no CNPJ Nº ....., por intermédio do seu representante legal, Sr. (a) ....., portador (a) de carteira de identidade Nº ..... do CPF Nº .....  
DECLARA, que não tem contra si fatos impeditivos para sua habilitação ou que desabonem sua conduta, comprometendo-se a informar eventuais e futuras ocorrências neste sentido, sob as penas da lei.

Local e Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor ou Representante Legal





COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII  
DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**D E C L A R A Ç Ã O**

(papel timbrado da empresa)

**Ref. ( Identificação do licitante )**

....., inscrito(a) no CNPJ Nº ....., por  
intermédio do seu representante legal, o(a)  
Sr.(a)....., portador(a) da carteira de  
Identidade Nº..... DECLARA, para fins do dispositivo no inciso V do art.  
27 da Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na  
condição de menor aprendiz.

Local e Data,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor ou Representante Legal



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(papel timbrado da empresa)

**D E C L A R A Ç Ã O**

.....inscrita no CNPJ Nº .....

Por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) .....

Portador(a) da Carteira de identidade Nº..... e CPF .....

DECLARA, para os devidos fins legais ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da legislação vigente.

Local e Data,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor ou Representante Legal



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

**ANEXO VI**

**MINUTA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 065 / 2018**

**PROCESSOS ADMINISTRATIVO Nº 00.101/2018**

**REGISTRO NA CGE N.º \_\_\_\_\_**

Aos zxyz dias do mês de zxyz do ano de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão Permanente de licitação, localizada na Rua das Baraúnas, 351, 3º. Andar, Universitário, Campina Grande-PB, a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**, daqui em diante designado meramente **UEPB**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.671.814/0001-37, neste ato representado pelo Reitor, Prof. **ANTONIO GUEDES RANGEL JUNIOR**, portador da Carteira de Identidade RG N.º 96002438580 SSP-CE e do CPF/MF N.º 324.462.094-91, de acordo com as atribuições que lhe foi conferido, em conformidade com o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 065 / 2018**, resolve, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e dos Decretos Estadual 34.986 e 35.520/2014, **REGISTRAR OS PREÇOS** para eventual **AQUISIÇÃO DE ZXYZZXYZZXYZZXYZZXYZZ**, das empresas que propôs os preços mais baixos, resolve registrar os preços nos seguintes termos:

**EMPRESA VENCEDORA:**

**CNPJ:**

Lote	ESPECIFICAÇÃO	Und	Qde	Preço Unit. Registrado	Preço Global
<b>TOTAL: R\$ ZXYZZ (ZXYZZXYZZXYZZXYZZXYZZ)</b>					



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

**EMPRESA VENCEDORA:**

**CNPJ:**

Lote	ESPECIFICAÇÃO	Und	Qde	Preço Unit. Registrado	Preço Global
<b>TOTAL: R\$ ZXZXZX (ZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZX)</b>					

**EMPRESA VENCEDORA:**

**CNPJ:**

Lote	ESPECIFICAÇÃO	Und	Qde	Preço Unit. Registrado	Preço Global
<b>TOTAL: R\$ ZXZXZX (ZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZX)</b>					

Os Lotes nºs: zx, zx, zx, zx, zx, zx, zx, zx e zx, foram cancelados por não termos obtido cotações e por estarem superfaturados.

A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS IMPORTA O VALOR GLOBAL DE R\$ ZXZXZX (ZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZX) .

#### **CLÁUSULA I - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência inicial de ZXZX (ZXZXZX) meses, a partir da sua publicação no D.O.E – Diário Oficial do Estado, podendo, conforme Edital, ter a vigência prorrogada por períodos inferiores ou por período igual ao inicial, **limitando-se sua vigência total pelo prazo de 12 (meses) .**

A existência de preços registrados não obriga a UEPB a adquirir o material, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## **CLÁUSULA II - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

Sempre que julgar necessário, a **UEPB** solicitará durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante Nota de Empenho, que será enviada via email ao **FORNECEDOR**. O qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

## **CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065 / 2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS são limitadas na totalidade, **a quíntuplo do quantitativo da cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** para o órgão participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

## **CLÁUSULA IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integram esta Ata, o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065 / 2018** e seus anexos e as propostas da empresas:

ZXZXZXZXZXZ, ZXZXZXZXZXZ, ZXZXZXZXZXZ e ZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZXZX.

## **CLÁUSULA V- DO FORO**

Fica eleito o foro de Campina Grande - PB para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Campina Grande-PB, de                      de 2018.

\_\_\_\_\_  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA**

\_\_\_\_\_  
**EMPRESA**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO N.º \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 065 / 2018**

**SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSOS ADMINISTRATIVO Nº 00.101/2018**

**REGISTRO NA CGE Nº \_\_\_\_\_**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DA  
PARAIBA – UEPB E A  
\_\_\_\_\_ PARA  
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DE  
CONSUMO, PARA A PROINFRA DA UEPB, NA  
FORMA ABAIXO:

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB**, localizada na Rua Baraúnas, 351, Bairro Universitário, Campina Grande, CEP. 58429-500, inscrita no CNPJ sob nº 12.671.814/0001-37, neste ato representado pelo Reitor **Prof. ANTONIO GUEDES RANGEL JUNIOR**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 96002438580 SSP-CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 324.462.094-91, residente e domiciliado a Rua Maria de Souza Ribeiro, 120 – Catolé - CEP: 58.410-475, Campina Grande - PB, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Firma \_\_\_\_\_, CNPJ N.º \_\_\_\_\_, com sede a Rua \_\_\_\_\_, neste ato representada legalmente por \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem entre si justo e acertado, por força do presente instrumento, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas modificações posteriores, Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002 e pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE, PARA A PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB.**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E ESPECIFICAÇÃO**

O preço global do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, incluindo todas as despesas de transporte e entrega da mercadoria, sendo os seguintes preços unitários por item:

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA**

O atraso no pagamento sujeitará a CONTRATANTE, a título de compensação financeira, ao pagamento de 0,5% (meio por cento) ao mês sobre o valor efetivamente contratado e não pago, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

A CONTRATADA obriga-se a entregar os bens citados na Cláusula Segunda, no **Almoxarifado Central da UEPB, situado a Rua Baraúnas 351, Bairro Universitário, CEP: 58429-500, Campina Grande-PB, de segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), no horário compreendido das 07:00 – 13:00 HORAS** visando assegurar o seu pleno uso, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste instrumento.

I - Os bens serão entregues pela CONTRATADA até 20 (vinte) dias, a contar da data de solicitação.

**II – A CONTRATADA terá que arcar com todas as despesas de transporte das mercadorias de sua sede (depósito) até o destino final (UEPB) no endereço citado acima.**

**III - A UEPB não se responsabilizará por despesas extras (se houver) da transportadora decorrente de falta de comunicação entre a CONTRATADA e a TRANSPORTADORA tendo em vista que o endereço final para entrega está citado nesse contrato.**

**IV – A responsabilidade pelas despesas extras da transportadora (se houver) será da CONTRATADA.**

V - A entrega deverá ser realizada perante a Comissão de Recebimento designada pela CONTRATANTE para tal fim, que adotará os seguintes procedimentos:

a) provisoriamente: de posse dos documentos apresentados pela CONTRATADA e de uma via do contrato e da proposta respectiva, receberá os bens para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, embalagens e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pela CONTRATADA, ou aprovando, receberá provisoriamente os bens, mediante recibo;

b) definitivamente: após recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias).



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

VI - Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a Comissão de Recebimento reduzirá o termo os fatos ocorridos e encaminhará à CONTRATANTE para aplicação de penalidades.

VII - Em caso de necessidade de providências por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA**

O prazo de garantia e validade dos produtos deverá ser de no mínimo 01 (um) ano, contados a partir da entrega e do recebimento definitivo.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

O contrato terá a duração de 90 (noventa) dias, com início a partir da sua assinatura, e eficácia a partir da sua publicação na imprensa oficial.

#### **CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI / PB, a crédito do beneficiário, no prazo de 20 (vinte) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados.

§ 1º - Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer bem, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela CONTRATADA.

§ 2º - Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

§ 3º - Classificação Programática: **22.204.12.122.5006.1364** Elemento da Despesa: **3.3.90.30 e 4.4.90.52** Fonte de Recurso: **112**

§ 4º - **No processo de pagamento será retido, pelo Órgão Estadual competente, o valor correspondente ao produto de 1,6% (um vírgula seis por cento) sobre o total do pagamento, para as empresas de médio porte ou superior, e de 1,0% (um por cento) para as empresas de pequeno porte, a ser realizada no ato de consolidação dos respectivos pagamentos, que deverá repassar, em até 5 (cinco) dias para a conta corrente do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo – FUNDO EMPREENDER PB, conforme determina, o art. 7º, inciso II, da Lei Estadual Nº 10.128 de 23 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba do dia 24 de outubro de 2013.**

§ 5º **Fazer menção na NOTA FISCAL do ENQUADRAMENTO da empresa para fins do disposto no §4º, ficando a empresa responsável pela veracidade das informações prestadas.**





## **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES**

Constituem obrigações das partes:

### **I - Da CONTRATADA:**

Além das demais disposições estabelecidas neste Contrato, constituirão ainda obrigações da CONTRATADA:

- a) entregar os bens no local determinado e de acordo com os prazos estabelecidos na proposta, ou seja, 20 (vinte) dias contados a partir da data da solicitação, no endereço constante na Cláusula Quarta deste contrato;
- b) observar para transporte seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.;
- c) fornecer juntamente com a entrega do bem toda a sua documentação fiscal.
- d) responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, nos termos dos incisos II a IV da Cláusula Quarta deste contrato;
- g) arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos, envolvidos na execução do contrato;
- h) aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato.

### **II - Da CONTRATANTE:**

- a) Acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa efetuar a entrega dos produtos dentro das normas estabelecidas no contrato;
- c) Receber os produtos entregues pela CONTRATADA, desde que estejam em conformidade com o objeto contratado;
- d) Comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinando-lhe prazo para que a regularize, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratualmente previstas;
- e) Devolver com a devida justificativa, qualquer produto entregue fora dos padrões e normas constantes da proposta da CONTRATADA;
- f) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- g) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, à vista das Notas Fiscais ou Faturas correspondentes às quantidades efetivamente entregues.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a às seguintes penalidades:

I - Advertência que será aplicada sempre por escrito;

II - Multa, nos seguintes percentuais:

a) Multa no importe de 0,1% (um décimo por cento) do valor devido sobre o fornecimento ou parte dele, por dia de atraso na entrega ou na assistência técnica;

b) Mais multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato ou da parcela, no caso de atraso superior a trinta dias, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras penalidades.

III - Suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Estadual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no prazo não superior a 5 anos.

V - Rescisão unilateral do Contrato, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;

VI - Indenização à CONTRATANTE da diferença de custo para contratação de outro licitante;

VII - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

VIII - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

a) As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual, incluídos eventuais atrasos, decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

§ 1º - As multas estipuladas nos inciso II desta cláusula serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

§ 2º - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à CONTRATANTE no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente, se julgar conveniente.

§ 3º - A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do material for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**IX – O fornecedor que incorrer nas hipóteses previstas no art. 2º da Lei Estadual Nº 9.697/2012 será incluído no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com a Administração Pública Estadual – CAFIL, nos termos desta Lei.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita exação do pactuado, em



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do contrato, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do ajuste, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aqueles provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 2º O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os bens objeto do fornecimento ora contratado, caso os mesmos afastem-se das especificações do edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 de Lei N.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Das decisões proferidas pela Administração caberão:

I - Recurso, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária, multa ou rescisão do contrato;

II – Representação, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão, de que não caiba recurso hierárquico;

III – Pedido de Reconsideração, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

Parágrafo Único - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato ocorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade competente, devendo, neste caso a decisão ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

I - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal N.º 8.666/93, e amigavelmente nos termos do Art. 79, inciso II, combinado com o Art. 78 da mesma Lei.

II - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme Art. 77 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento ora ajustado. Caso os serviços de assistência e manutenção técnicas sejam, por força de previsão legal ou contratual, de responsabilidade de terceiro, a CONTRATADA será solidariamente responsável pelos mesmos, respondendo, assim, por eventuais falhas, defeitos ou danos decorrentes da mencionada prestação de serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

A CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato na Imprensa Oficial em forma resumida, em obediência ao disposto no parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal N.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato vincula-se ao edital do **PREGÃO ELETRÔNICO 065 / 2018** e à proposta do licitante vencedor, conforme exposto no inciso XI do artigo 55 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

Fica **ELEITO O FORO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE / PB** para dirimir quaisquer dúvidas na aplicação deste contrato, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado este contrato que, depois de lido e achado de acordo, será assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, dele extraídas as necessárias cópias que terão o mesmo valor original.

Campina Grande – PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

EMPRESA

**TESTEMUNHAS:**

CPF:

RG:

CPF:

RG:



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

## ANEXO VIII

### DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

(papel timbrado da empresa)

#### DECLARAÇÃO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ N° \_\_\_\_\_, sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_, CEP, Bairro, Cidade, por intermédio de seu representante legal, (Nome/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da lei n° 8.124 / 2006 (alterada pela lei n° 10.272 / 2014), QUE NÃO HÁ DENTRE OS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Local e Data,

---

Assinatura do Diretor ou Representante Legal